

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro da Presidência

Despacho n.º 10 276/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos dos n.ºs 1 do artigo 2.º, 2 do artigo 4.º e 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de adjunto do meu Gabinete o licenciado João Pedro Oliveira Miranda.

2 — À presente nomeação aplica-se o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Março de 2006.

1 de Março de 2006. — O Ministro da Presidência, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*.

Despacho n.º 10 277/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos dos n.ºs 3 do artigo 2.º e 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado Pedro Manuel Galvão Henriques para prestar apoio na área da comunicação social no âmbito do meu Gabinete.

2 — A colaboração a que se refere o número anterior dura enquanto se mantiver a minha nomeação no presente cargo, podendo ser revogada a todo o tempo.

3 — O nomeado auferirá remuneração mensal idêntica à de adjunto de gabinete, incluindo os subsídios de férias, de Natal e de refeição e demais abonos e subsídios, designadamente de representação.

4 — O nomeado tem direito, quando se deslocar em missão oficial no País e no estrangeiro, ao abono das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo de montante igual ao fixado para os adjuntos de gabinete.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Março de 2006.

1 de Março de 2006. — O Ministro da Presidência, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*.

Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

Despacho n.º 10 278/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º e no artigo 11.º dos Estatutos da Associação de Utentes das Pousadas da Juventude (AUPJ), nomeio para o respectivo conselho fiscal os seguintes membros:

Presidente — João Vergílio Ferreira Rebocho.
Vogais:

Manuel Martins Neves Dias.
António Manuel Morgado.

2 — Para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 11.º dos citados Estatutos, as funções exercidas pelos membros do conselho fiscal não são remuneradas.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

20 de Abril de 2006. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

Instituto Português da Juventude

Despacho (extracto) n.º 10 279/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 8 de Abril de 2006, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, é transferida para o quadro de pessoal da Delegação Regional de Viana do Castelo do Instituto Português da Juventude, obtida a anuência da funcionária Amélia Gomes Monteiro, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal dos serviços centrais do Instituto Português da Juventude.

12 de Abril de 2006. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Geraldês*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Despacho conjunto n.º 387/2006. — De acordo com o disposto nos artigos 16.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 47/2005, de 24 de Fevereiro, e 2.º, n.º 3, e 19.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada

pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado para o cargo de direcção superior do 1.º grau de director-geral do Património o licenciado Carlos Manuel Durães da Conceição, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequada ao exercício das correspondentes funções, evidenciadas na nota curricular anexa ao presente despacho.

17 de Abril de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome — Carlos Manuel Durães da Conceição;

Data de nascimento — 9 de Fevereiro de 1950;

Habilitações — licenciatura em Finanças do Instituto Superior de Ciências Económico-Financeiras.

Acção desenvolvida mais relevante:

1977-1981 — director de serviços na Junta do Crédito Público, tendo participado na implementação e na execução do processo de pagamento de indemnizações aos titulares dos bens nacionalizados, do Ministério das Finanças;

1981-1988 — vice-presidente do Fundo de Fomento da Habitação, e posteriormente da sua comissão liquidatária, com o pelouro de recursos humanos, planeamento e gestão financeira, do Ministério das Obras Públicas;

1984-1988 — vogal da comissão instaladora do Instituto Nacional de Habitação, e posteriormente do seu conselho directivo, em acumulação com as funções referidas no período anterior, do Ministério das Obras Públicas;

1988-1991 — director-geral da SLIBAIL Portuguesa — Companhia de Locação Financeira, S. A., do Grupo Crédit Lyonnais;

1991-2000 — director-geral da DB Leasing, S. A.;

A partir de 1994 — em acumulação com estas funções, exerceu também o cargo de director-geral da DB Rent e da DB Crédito, do Grupo Deutsche Bank;

2000-2001 na sequência da reestruturação do Deutsche Bank de Investimento, os activos e passivos da DB Leasing, S. A., foram objecto de trespasse para o Deutsche Bank (Portugal). Neste novo quadro continuou a exercer as funções de director da Unidade de Leasing e de administrador da DB Rent e da DB Crédito, do Grupo Deutsche Bank;

2002-2005 — vogal do conselho directivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, com o pelouro de serviços de desenvolvimento organizacional, pessoal, instalações, administrativos, financeiros, planeamento e controlo de gestão, do Ministério da Segurança Social e do Trabalho/Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho;

Maio de 2005 — técnico financeiro assessor principal da Direcção-Geral dos Impostos, do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Despacho conjunto n.º 388/2006. — Considerando a necessidade de imprimir um novo impulso e uma nova orientação às intervenções de protecção, valorização e requalificação das zonas costeiras, que constituem uma prioridade das políticas de ambiente, e nos termos do despacho conjunto n.º 1006/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 5 de Novembro de 2003, determina-se o seguinte:

1 — Exonerar do cargo de coordenador do Grupo de Coordenação do Programa Finisterra o Prof. Doutor Carlos Augusto de Sousa Reis, para o qual havia sido nomeado pelo despacho conjunto n.º 1006/2003 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 5 de Novembro de 2003, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2005.

2 — Manifestar reconhecimento pelo forte empenho pessoal e pela elevada qualidade profissional com que o Prof. Doutor Carlos Sousa Reis desempenhou as suas funções, apesar dos escassos meios que lhe foram disponibilizados para o efeito, sendo digno do público louvor que aqui se presta.

3 — Nomear para o cargo de coordenador da estrutura de projecto criada pelo despacho conjunto n.º 1006/2003 o engenheiro António Mota Lopes, com efeitos a partir de 15 de Março de 2006.

14 de Março de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.

Despacho conjunto n.º 389/2006. — Considerando a criação da figura de controlador financeiro pelo Decreto-Lei n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro;

Atendendo a que os controladores financeiros devem ser afectos a áreas ministeriais de actuação;

Tendo ainda em conta os requisitos estipulados pelo artigo 9.º do citado decreto-lei quanto à nomeação de controladores financeiros:

1 — É nomeado para exercer as funções de controlador financeiro do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 33/2006, de 17 de Fevereiro, o mestre *Hernâni Machado Duarte*.

2 — A presente nomeação fundamenta-se nas competências académicas e na experiência profissional do nomeado, relevantes para o sector em que irá exercer funções, tal como atesta o respectivo *curriculum vitae*, publicado em anexo ao presente despacho.

3 — A presente nomeação produz efeitos pelo prazo de um ano a partir de 5 de Abril de 2006, sem prejuízo da possibilidade da renovação deste mandato, nos termos legais.

4 de Abril de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Curriculum vitae

Hernâni Machado Duarte, nascido em 23 de Agosto de 1951, é casado e tem dois filhos.

É licenciado em Organização e Gestão de Empresas e mestre em Administração Pública.

Desempenhou várias funções na Administração Pública, designadamente as de funcionário administrativo, professor do ensino secundário, inspector tributário e inspector de finanças.

Assumiu responsabilidades de dirigente em alguns serviços públicos, designadamente vice-presidente do Serviço Nacional de Protecção Civil e vogal do conselho de administração do Instituto Nacional de Aviação Civil.

Desempenhou funções em Macau, onde coordenou as áreas fiscal e da despesa pública.

É quadro da Inspeção-Geral de Finanças, estando, funcionalmente, colocado na área de gestão do controlo público.

Foi formador da segurança social na área de fiscalização a contribuintes.

Foi membro da Comissão de Fiscalização da Autoridade Monetária e Cambial de Macau entre 1993 e 1999.

É autor do livro *Os Impostos — Uma Abordagem Económica — O Sistema Fiscal de Macau*, edição conjunta do Instituto Politécnico de Macau e dos Serviços de Administração e Função Pública (1999); em Março de 2000 foi lançada a tradução para a língua chinesa.

GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Despacho n.º 10 280/2006 (2.ª série). — Nos termos conjugados dos artigos 230.º da Constituição, e 1.º, n.º 2, alínea *d*), da Lei n.º 4/85, de 9 de Abril, na redacção dada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro, e dos artigos 6.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio chefe do meu Gabinete a licenciada *Maria Helena Sardinha Borges*.

21 de Abril de 2006. — O Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, *Antero Alves Monteiro Diniz*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Chefia do Serviço de Pessoal

Aviso n.º 5452/2006 (2.ª série). — Nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, notificam-se os candidatos ao concurso externo de ingresso para admissão de praças com vista a prover as vagas que não foi possível preencher até ao limite das 1075, colocadas a concurso pelo aviso n.º 3189/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 61, de 29 de Março de 2005, concurso aberto pelo aviso n.º 7649/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 164, de 26 de Agosto de 2005, que poderão consultar o seu processo e a lista de classificação final e ordenação de todos os candidatos aprovados e não aprovados ao concurso, no âmbito do exercício do direito de participação, na Secção de Recrutamento, sita no Quartel do Beato, na Avenida do Infante D. Henrique, em Lisboa, das 9 às 12 e das 14 às 17 horas, para, querendo, no prazo de 10 dias úteis contados nos termos do artigo 44.º do mesmo diploma legal, dizerem por escrito o que se lhes oferecer.

28 de Abril de 2006. — O Presidente do Júri, *Mário Augusto Mourato Cabrita*, major-general.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 5453/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 6 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a *Zinho Gomes*, natural de Beniche, Canchungo, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 4 de Dezembro de 1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5454/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 6 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a *Cândida Barbosa da Conceição Sardinha*, natural de Malange, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 25 de Agosto de 1946, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5455/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 6 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a *Ludovina Livramento Lima*, natural de Santo André, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 7 de Outubro de 1964, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5456/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 6 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a *Esmeralda Antonieta Freire Fernandes*, natural de São Salvador, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 25 de Junho de 1963, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.